

Anistia provoca confronto

Da Sucursal de Brasília

A inclusão de uma complementação da anistia assinada em 1979 pelo presidente Figueiredo, na emenda José Sarney, acabou tornando a convocação da Constituinte um confronto entre o Congresso e as Forças Armadas. Um bem articulado movimento dos militares cassados junto aos congressistas atizou os brios dos peemedebistas.

Em busca de um acordo, o governo ofereceu aos ex-integrantes das Forças Armadas, expulsos por motivos políticos, promoção na reserva. A proposta não foi aceita. Eles queriam a possibilidade de reintegração, reposição patrimonial (indenização), além da promoção aos postos que hoje estariam ocupando caso não tivessem sido excluídos de suas corporações.

Os assessores parlamentares das três Armas eram procurados ontem, insistentemente, pelos parlamentares inconformados com a intransigência do Palácio do Planalto. Informalmente, contudo, eles respondiam que a sua função havia sido apenas a de fornecer subsídios técnicos para as decisões dos políticos. Segundo um deles, as estimativas dos custos de indenizações e recontrações se elevariam à casa dos Cr\$ 3 trilhões.

No fim da noite de ontem, o deputado Francisco Pinto (PMDB-BA) encontrou-se com o assessor parlamentar do Exército, tenente-coronel Cyro Albuquerque. Depois de dirigir ao oficial apelos para que as negociações fossem retomadas e ouvir dele explicações sobre a limitação de sua competência, o deputado baiano aludiu ao "clima de intimidação sobre o Congresso para a derrubada da anistia". (MC)